



Para mais informações contactar:
Gabinete de Comunicação
T: +351 217945103/05/06 | E: gc@tcontas.pt

AUDITORIA À EXECUÇÃO DA LEI DE INFRAESTRUTURAS MILITARES (2019-2024)

A execução financeira da Lei de Infraestruturas Militares (LIM) não foi além dos 30,1% entre 2019 e 2024. Esta é uma das principais conclusões do relatório de “Auditoria à Lei de Infraestruturas Militares – Período de 2019 a 2024”, que o Tribunal de Contas acaba de publicar.

A auditoria revelou que o processo de rentabilização dos imóveis da Defesa não foi eficaz, revelando-se demasiado moroso, o que fez com que o grau de rentabilização não tenha alcançado o expectável. Dos 191 imóveis disponíveis para esse fim, apenas 42 foram objeto de rentabilização, dos quais só 26 produziram os seus efeitos financeiros, no período 2019-2024.

O Tribunal concluiu ainda que não foram difundidas normas e orientações técnicas suficientes para a uniformização de procedimentos e de prestação de informação aos serviços centrais do Ministério da Defesa.

Os relatórios de execução da LIM elaborados anualmente pela Direção-Geral dos Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), no período 2019-2022, não foram apresentados de forma consistente, com informação normalizada e uniformizada para poderem ser comparáveis, revela a auditoria.

Apesar de os relatórios de execução de 2023 e 2024 apresentarem melhorias, os dados não permitem obter uma visão mais abrangente das responsabilidades financeiras das entidades executoras, face às verbas que lhes foram afetas.

Em relação à execução financeira por projeto, a auditoria revelou que a informação se apresenta de forma confusa e pouco rigorosa, quando comparada de um ano para outro, devido à falta de consistência na designação dos projetos e nos respetivos dados financeiros.

Não obstante as medidas definidas na LIM/2023 para melhorar a articulação entre a DGRDN e o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) no sistema de planeamento dos projetos de investimento, demonstrou-se que, durante o período em análise, os investimentos planeados para as infraestruturas das Forças Armadas, enquadrados no Ciclo de Planeamento da Defesa Nacional, não foram realizados de forma eficaz e apropriada.

Aceda [aqui](#) ao Relatório de Auditoria.